



CONVIDADO



**SÉRGIO CLAUDINO**  
Coordenador do mestrado  
em Ensino de Geografia  
IGOT/Universidade de Lisboa

# Quem será o próximo ministro da Educação? Sabemos quem não será ministro

**G**anhe quem ganhar as próximas eleições legislativas, uma certeza temos antecipadamente: Mário Nogueira ou Filinto Lima não serão o próximo ministro da Educação.

Mário Nogueira pode já não se lembrar dos últimos alunos que teve; pode ser, desde há 15 anos, o principal rosto dos professores portugueses; pode ser admirado pela sua capacidade de argumentação e verbo fácil, mesmo por parte de quem hostiliza; pode estar a exercer um último mandato como secretário-geral da FENPROF porque os seus colegas assim lho pediram, que a situação é complicada - mas nunca será nem ministro nem, sequer, secretário de Estado da Educação. O mesmo se poderá afirmar em relação a Filinto Lima, presidente da Direção da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas; pode ser uma voz conhecida e respeitada sobre as escolas portuguesas, mas nunca integrará a equipa governamental daquele ministério.

A impossibilidade de ambos serem chamados para dirigir o Ministério da Educação não decorre do receio de um ou outro tentarem levar para aquele as suas agendas setoriais. Não, Mário Nogueira ou Filinto Lima podem dominar, como poucos, dossiês educativos, mas carregam um peccato

do original: são professores do ensino básico e secundário.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem sido um professor e investigador do ensino superior. O ministro das Finanças é, por norma, uma pessoa com formação académica e experiência profissional na área. O mesmo se diga do ministro da Saúde (Paulo Macedo, foi a exceção em tempos de troika), do ministro da Justiça... Já o ministro da Educação nunca foi um professor do ensino básico e secundário. Na maior aproximação, poderá ser um professor do ensino superior ligado às questões educativas ou que, um dia, manifestou interesse pelas mesmas (como David Justino ou Nuno Crato). Um dos melhores exemplos da recusa política em ter alguém ligado à Educação à frente do respetivo ministério é o atual ministro: conceituado especialista e investigador internacional em Bioquímica, Tiago Brandão Rodrigues nunca manifestou publicamente qualquer apetência ou interesse pela Educação, até ser nomeado ministro da mesma, em 2015. Nos seus secretários de Estado, contam-se, hoje, na área da Educação, um professor universitário de Linguística (por sorte, a pessoa que no Ministério tem um discurso sobre a Educação); uma mestre em Direito e jurista; e, na Juven-

tude e Desporto, um licenciado em Gestão e gestor de empresas, com uma experiência profissional anterior neste setor. E estamos a falar de um Governo do Partido Socialista, que recolhe a simpatia e militância de muitos professores do ensino básico e secundário.

A exclusão destes professores da gestão política da Educação remonta ao próprio século XIX. Os professores do ensino básico e secundário "servem" para estarem à frente da gestão dos agrupamentos e escolas, para chefiarem, até, órgãos de âmbito regional, mas não para liderarem a Educação a nível nacional. A sua desvalorização ma-

nifesta-se também por outras formas: quantas vezes, quem forma professores e investiga sobre o ensino básico e secundário tem uma experiência distante (quando a tem!) das salas de aula, dos professores e dos alunos?

Na realidade, não é surpreendente que frequentemente sejam produzidas orientações oficiais desfasadas da realidade das escolas. Como se comenta nestas, de forma resignada, é a diferença entre "teoria" e a "prática".

A Educação, setor central da vida nacional, é dirigida por políticos que dela estão arredados ou têm interesses noutras áreas (até Manuela Ferreira Leite ou Couto dos Santos foram ministros da Educação). A exclusão dos professores da orientação política da Educação significa uma sua menorização pública. Mas o mais grave é o facto de, todos os dias, os responsáveis educativos tomarem decisões que poderiam ser mais adequadas às escolas, aos professores e aos alunos. A exclusão dos profissionais de ensino tem um preço. Seria bom que a opinião pública, em geral, e os professores do ensino básico e secundário, em particular, fizessem uma leitura crítica desta situação.

Quem será o próximo ministro da Educação? Não sabemos. Mas sabemos quem não será ministro da Educação. ■

Na realidade,  
não é  
surpreendente  
que  
frequentemente  
sejam produzidas  
orientações  
oficiais  
desfasadas da  
realidade das  
escolas.

A exclusão dos professores da orientação política da Educação significa uma sua menorização pública.